

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
Série ANTROPOLOGIA

GOVERNO DO BRASIL

Presidência da República

Presidente - *Fernando Henrique Cardoso*

Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Ministro - *José Israel Vargas*

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Presidente - *José Galizia Tundisi*

Museu Paraense Emilio Goeldi - MPEG

Diretora - *Adélia de Oliveira Rodrigues*

Diretor Adjunto de Pesquisa - *Antonio Carlos Magalhães*

Diretora Adjunta de Difusão Científica - *Helena Andrade da Silveira*

Comissão de Editoração - MPEG

Presidente - *Lourdes Gonçalves Furtado*

Editores-Associados - *Lourdes Gonçalves Furtado* (Antropologia)

Maria Cândida D. M. Barros (Linguística)

Fernando L. Tavares Marques (Arqueologia)

Equipe Editorial - *Laís Zumero, Iraneide Silva, Elmindia Santana e Socorro Menezes*

CONSELHO CIENTÍFICO

Consultor

Adélia de Oliveira Rodrigues - MPEG

Arion Dall'Igna Rodrigues - UnB

Berta Ribeiro - Museu Nacional

Betty J. Meggers - Smithsonian Institution

Carlos de Araújo Moreira Neto - Museu do Índio

Dorath Pinto Uchôa - Instituto de Pré-História - USP

Igor Chmyz - Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas

João Batista B. Pereira - USP

Luís de Castro Faria - Museu Nacional

Lux Vidal - Fac. Filos. Letras e Cienc. Humanas - USP

Maria Conceição Moraes C. Beltrão - Museu Nacional

Roberto Cardoso de Oliveira - UNICAMP

Roberto da Matta - Museu Nacional

Ulpiano Bezerra de Menezes - USP

Walter Alves Neves - USP

Yonne de Freitas Leite - Museu Nacional

ISSN 0522-7291

Ministério da Ciência e Tecnologia
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Organizadoras

Isolda Maciel da Silveira

Ivete Nascimento

Lourdes Gonçalves Furtado

Série

ANTROPOLOGIA

Vol. 11(2)

Belém - Pará

Dezembro de 1995



MCT/CNPq
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Parque Zoobotânico - Av. Magalhães Barata, 376 - São Braz
Campus de Pesquisa - Av. Perimetral - Guamá
Caixa Postal: 399 - Telex: (091) 1419 - Fones: Parque (091) 249-1233,
Campus (091) 246-9777 - Fax: (091) 249-0466
CEP 66040-170 - Belém - Pará - Brasil

O Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia foi fundado em 1894 por Emílio Goeldi e o seu Tomo I surgiu em 1896. O atual Boletim é sucedâneo daquele.

The Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia was founded in 1894, by Emílio Goeldi, and the first volume was issued in 1896. The present *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* is the successor to this publication.

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT

 **CNPq**

 **FINEP**

APRESENTAÇÃO

A publicação deste Boletim, composto de dois volumes, é parte integrante das atividades comemorativas aos 25 anos de atuação do Museu Paraense Emílio Goeldi, desenvolvendo pesquisas sobre a pesca na Amazônia.

Vale ressaltar, que os primeiros estudos em que a pesca foi abordada, tinham um caráter mais abrangente, visto que as populações eram enfocadas como um todo, sendo a pesca analisada como um dos meios de subsistência.

Nos últimos anos, a modernização tecnológica através de motores e redes de nylon, a expansão da malha viária e o mercado consumidor, juntamente com a atividade pesqueira industrial, vêm acarretando maior pressão aos estoques e, conseqüentemente, interferindo na reprodução social das populações. Assim, essa nova realidade vem despertando o interesse em estudiosos das mais diferentes áreas do conhecimento, gerando uma produção intelectual interdisciplinar.

Esta edição comemorativa reúne trabalhos resultantes de pesquisas desenvolvidas em diferentes áreas como o estuário, o litoral e as águas interiores.

Ao apresentarmos estes trabalhos, esperamos contribuir para um melhor entendimento da pesca na Amazônia, bem como encorajar futuros estudos que venham garantir a continuidade dessas pesquisas.

Isolda Maciel da Silveira

Ivete Nascimento

Lourdes Gonçalves Furtado

Organizadoras

DIZER MARÍTIMO: A ANTROPOLOGIA E OS PESCADORES EM ALGUMAS NOTAS

Simone Carneiro Maldonado¹

*“A água parece mar
o vento serve de abrigo”...*

Silvio Rodriguez

RESUMO - Neste artigo, refiro-me à pertinência de se falar de antropologia marítima como campo disciplinar, baseando-me em estudos sobre pescadores brasileiros feitos desde as décadas de 60 e 70, em que se legitima esta rubrica mediante o reconhecimento das especificidades produtivas e cognitivas dos pescadores do mar. Diante da evidência de uma cultura marítima, justifico que se fale de antropologia marítima. Para tal, faço uma pequena resenha dos estudos feitos entre essas populações, mesmo que não de uma perspectiva claramente produtiva ou cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura marítima, Pesca artesanal, Pescadores, Antropologia marítima.

ABSTRACT - In this paper, I refer to the field of Maritime Anthropology as a disciplinary field, whose legitimacy comes from evidences of the existence of a maritime culture among artisanal fishing. The article also consists of a review of studies (monographs, articles and and thesis) made among such populations, pointing to the existence of a maritime culture.

KEY WORDS: Maritime culture, Artisanal fishing, Fishermen, Maritime anthropology.

¹ Universidade Federal da Paraíba. Antropóloga. Professora do Curso de Mestrado em Ciências Sociais.

INTRODUÇÃO

Amiga do Museu Goeldi, admiradora dos seus pesquisadores, é para mim honra e satisfação estar entre os que se manifestam por ocasião do seu aniversário.

Nesta comunicação, tentarei marcar uma posição frente às questões suscitadas no âmbito da Antropologia Marítima e discutirei brevemente algumas tendências existentes nos estudos feitos sobre os pescadores sobretudo na década de 70 e que certamente não foram rotulados então de Antropologia Marítima. Gostaria que ficasse bem claro que muitos dos trabalhos não estão citados aqui (sobretudo os mais recentes) pelo próprio objetivo do ensaio que me proponho fazer.

Dizer-se “marítimo” de algo, é ser-se claro. Em princípio o termo não constitui um problema. O que se discute há digamos 15 anos (Smith 1977; Acheson 1981), é a consistência de estudos sobre pescadores sob o título de Antropologia Marítima. Ainda discutimos a legitimidade deste campo específico da disciplina antropológica, enquanto estudamos populações pesqueiras (tanto marinhas como ribeirinhas) nas suas estruturas, algumas mais visíveis, outras menos. Chegamos a elaborar tipologias onde se fala de ecótipos ou adaptações marítimas e agrárias, pescadores camponeses (Firth 1946; Forman 1970), pescadores agricultores, de pescadores artesanais, de pescadores industriais (Diegues 1983; Maldonado 1993). Estas classificações têm seu lado problemático pelo risco de os tomarmos como “tipos ideais” mas também são úteis e até necessárias como ponto de partida para o nosso entendimento das formas sociais que a pesca assume pelo mundo.

Para começar, quero referir-me a algo que subjaz ao dizer (ou não) “marítimo” em Antropologia que é o próprio estatuto do pescador no interior da disciplina, ou seja, a representação do antropólogo sobre o seu objeto de eleição (com todas as implicações), sempre que o Outro é pescador.

Há mais ou menos o mesmo tempo, se tem outorgado maior visibilidade aos pescadores e eles pouco a pouco vão se destacando dos camponeses enquanto categoria histórica. Por isso, é interessante começar pelo pescador para me posicionar perante a sua “antropologização”..., porque a legitimidade do campo da Antropologia Marítima está no reconhecimento da especificidade histórico-cultural do seu objeto e na elaboração de possibilidades

combinatórias conceituais apropriadas ao seu estudo. O homem pesca desde sempre, mas o desenvolvimento das forças produtivas no universo marítimo (mas nem sempre pesqueiro...) se tem dado em ritmos e disposições espaciotemporais (Bourdieu 1979) diversos dos da terra com seus domínios, a montanha, o deserto, a mina, a mata e com um estatuto jurídico diferente do do mar.

Por aí vamos nós neste pequeno ensaio. Historicamente os pescadores têm traços comuns com outros seres humanos que se apropriam da natureza de maneira “simples” mas não são mineiros, nem nômades do deserto, nem camponeses agricultores (mesmo que junto com a pesca, plantem). Mas foi com eles que mais se pareceram no seu modo de produção por traços como a simplicidade tecnológica, o uso da força de trabalho familiar, o pluralismo econômico e sobretudo pelo isolamento político, social e geográfico das comunidades pesqueiras que fazem ideologicamente do meio marítimo também um mundo rural.

Mas as discussões e os esforços por situá-los teoricamente nos levaram ao ponto de não ser mais inteiramente justificado falar da “campesinidade” do pescador, não que se a negue de maneira absoluta tão pouco. Ver, por exemplo, o “camponês marítimo” de Lofgren (1979). Dizer-se que “o pescador não é agricultor porque pesca” ou que o “pescador não é agricultor porque não planta” podem parecer afirmações superadas. No entanto, são em grande medida verdadeiras e se as têm que tomar em conta ao iniciar uma discussão conceitual sobre pescadores.

Como já tive a oportunidade de dizer antes (Maldonado 1993), não se trata aqui de exaurir uma bibliografia ou de “fazer justiça” a todos os estudos que há, mas de abrir, com estas reflexões uma articulação entre o que hoje se chama de “marítimo” em Antropologia e estudos feitos sobre pescadores que, sem se preocupar com essa problemática, reconheceram as especificidades dos grupos e da cultura pesqueira. Tanto assim é, que os estudaram. Os autores a quem me refiro aqui estudaram por exemplo, sistemas classificatórios de comida e estados de saúde entre pescadores (Peirano 1975; Carneiro 1979), capacidades cognitivas e sistemas de reconhecimento ictiológico (Maranhão 1975), processos de tomada de decisão (Tavares 1975), os processos de trabalho e de capitalização da pescaria (Mello 1973).

É revelador da visibilidade que as “comunidades de pescadores” tinham para a antropologia da época que antecedeu ao surgimento da Antropologia

Marítima que alguns antropólogos tenham estudado outros processos e fenômenos que não os específicos dos pescadores enquanto outros estudavam a própria capacidade cognitiva dos mesmos.

Há trabalhos que entre os estudiosos de pescadores são considerados clássicos como os de Mussolini (1980) e de Mourão (1967) que tampouco fizeram qualquer questão de situar-se quanto ao presente debate. No entanto isso não lhes reduz o valor para os estudos subsequentes, muito ao contrário, nem se trata de “negá-los” ou de “confirmá-los” como Antropologia Marítima. Ao fazer estes comentários e de servir-me dos excelentes trabalhos dos meus colegas, faço uma leitura pessoal sem de modo algum me propor (por assim dizer) a falar por eles. (Não sei o que diriam se lhes fosse perguntado se consideram aquela antropologia marítima ou não!)

Fato é que na área, estes estudos deram uma contribuição fundamental para a maneira como chegamos onde estamos, falando de antropologia, dizendo “marítimo”.

Trata-se também de uma tomada de posição. Quando comecei a escrever sobre pescadores em 1977, eu sequer cogitava da possível existência de uma Antropologia Marítima. No entanto, naquele mesmo ano, Smith (1977) publicava o seu livro “Those Who Live From the Sea”, já falando em termos claros sobre o estabelecimento deste campo temático, incluindo nessa sua coletânea estudos de várias culturas marítimas, feitos por muitos antropólogos.

Não irei mais longe, pois creio já haver explicitado a visibilidade dos pescadores nos estudos de antropologia. Mas ainda não há a segurança teórica necessária nos caminhos marítimos da disciplina. É bom que seja assim. Não nos detemos na superficialidade e isso nos permite contribuir para o entendimento do homem com o mundo marítimo, como já se faz com o camponês e a terra, o operariado e a fábrica.

Proponho-me então exercitar algumas idéias sobre o “dizer marítimo” não no sentido de trazer um estudo a mais sobre as agruras de ser-se pescador no Brasil.

Especificidade da Etnologia Marítima

Desde que se começou a falar com uma certa frequência em antropologia Marítima circa 1970 (apesar de ter-se sempre escrito sobre a economia e os

hábitos dos pescadores inclusive nos estudos de Folclore) e a se discutir a validade desta sub-área da disciplina (que na verdade corresponde a um modo específico de ocupação do mundo), têm sido frutíferas as discussões.

Em número especial da revista *Ethnologia Française* (1979), Michel Mollat, Jean le Bot, Jean Arrouye, ao mesmo tempo que falavam dos “povos do mar” (*les gens de mer*) fizeram um histórico da pesca e dos pescadores nos seus dizeres, nas suas crenças e nos seus pavores. Este é um exemplo de publicação antropológica voltada unicamente para o que é marítimo.

No entanto estuda-se também produção haliêutica nos rios, nos açudes, nos lagos, na água doce; enfim manguezais e áreas úmidas são ambientes ecológicos onde fervilham formas de vida que também se “pescam” e onde se desenrolam relações sociais, umas mais outras menos semelhantes às que prevalecem na pesca marítima. As tecnologias tendem a ser outras também. Afinal são tratamentos de natureza que diferem bastante na sua constituição, na sua função, no seu potencial, mas onde se fazem “as mesmas coisas”: navega-se e pesca-se. “On fait du maritime”, dir-se-ia no Canadá!

E foi justamente na Universidade de Laval em cujo departamento de antropologia se desenvolveu o projeto Brasil na área de pesca, que esta inquietação perpassava as discussões em 1994 quando lá estive como professora visitante. A pergunta, já tão recorrente em outros campos se repete: afinal o que é a Antropologia Marítima? Como diz o professor Breton (1994:1), coordenador do Projeto, sobretudo no que diz respeito à dimensão social dos grupos pesqueiros, o seu estudo continua a ser o objeto de um progresso extremamente tímido e eu nos pergunto se esse fato ainda precisa prevalecer ou se já é chegado o momento de nos mobilizarmos no interior da disciplina. Esse movimento teria o objetivo de “garimpar” dentre os esquemas teóricos e conceituais (fora das classificações já “tradicionais”, tipologias, ecótipos, etc.) uma concretude analítica que justifique falar-se de Antropologia Marítima.

Firth (1946), Forman (1970), Kottak (1966, 1982) e Zarur (1984) analisando diferentes setores da vida (econômica, digamos) dos pescadores, não entraram na rotulação da sua antropologia e no entanto são dos nomes mais importantes da literatura antropológica sobre sociedades de pescadores e sobre o processo que hoje chamamos de “haliêutico”. Este termo pré-existia a esta discussão, encontrando-se em dicionários e nos escritos versando sobre

o recurso aquático qualquer que fosse, inclusive em biologia marinha. Não estava em princípio articulado nem se cogitava articulá-lo com a antropologia que antes passaria por “marítima”. A utilização de um termo mais rico, mais abrangente como “haliêutico”, mais recente, é um avanço decorrente já desta discussão.

A questão me parece ser, numa primeira visada, o esforço que vimos desenvolvendo no sentido de identificar que disciplina estamos fazendo quando nos referimos a tudo o que é pesqueiro, inclusive aos recursos e às populações que disso vivem (Acheson 1981).

O que não podemos é tentar nos explicar em meio às diferenças (e paradoxalmente às semelhanças) entre o que resulta da pesca feita no mar e os modos em que se pesca em águas doces, ou seja, em partes da natureza cujo tratamento se dá nos termos que se pensa a terra, como apropriação, cercamento e usufruto (Cordell 1989; Maldonado 1993).

Vá lá que aceitemos que nos seja dado alcançar apenas “fagulhas” sem almejar resultados absolutos, mas não se faz necessário ser tão detalhista nem precisar se valer de matrizes diversas para pensar o homem no mar e o homem em “água de terra”. Este binômio é, aliás, inerente à percepção humana, à terra e seus recursos hídricos de um lado e do outro o Sexto Continente, as águas salgadas que também aparecem na terra sob a forma de mares interiores e de lagos salgados. Essa dicotomia está inscrita e preside certas tendências ideológicas no modo que o homem tem **habitado**. As práticas e representações dos dois estados de coisas assumem, também simbolicamente esta natureza dicotomizada, este aqui-e-lá.

O Conceito de Maritimidade

Este seria um encaminhamento interessante para esta discussão; o que é pesqueiro e o que é marítimo? Tudo o que é marítimo será pesqueiro? Não precisamos fazer um corte assim tão radical porque a própria realidade não o é. Essa questão das nomenclaturas está claramente contemplada na discussão introdutória ao “Sea of Small Boats” de Cordell (1989). Poderíamos nos juntar a ele ao relativizar a importância que se dá às nomenclaturas para a classificação das pescarias (simples, artesanais, primitivas, industriais) ou para a rotulação da Antropologia “isto” ou “aquilo”.

Sem dúvida, no entanto, o reverso da medalha é verdadeiro. Há diferentes formas de articulação (e como as há...) de modos de interação do homem com o mundo haliêutico que por sua vez consiste em todo um repertório ambiental e a que precisamos (a bem da própria comunicação) nos referir. O que fazer?

Refletir. Pensar nos níveis mais ou menos intensos que cada área da natureza (a terra, o deserto, a mata, a montanha, a mina, o rio, o mar), alcança, ocupa no referencial existencial dos que nela vivem.

Assim, dentre caranguejeiros, pescadores estuarinos, pescadores de rio e de lagoa, nos movimentamos à procura do ideário da produção. O que mais ela significa?

O movimento em prol da existência da Antropologia Marítima é independente da maritimidade maior ou menor do estado de coisas em questão. O Sexto Continente é doce e salgado. A nós discuti-lo, como desejemos que se chame aquilo que estamos fazendo. Uma vez antropológico...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHESON, J. 1981. Anthoropology of Fishing. *Ann. Rev. Anthrop.*, 10.
- ARROUYE, J. 1979. Un Ex-Voto Martegal. Essai d'interprétation sémiologique. *Ethnol. Française*, 2.
- BOURDIEU, P. 1979. *O desencantamento do mundo*. São Paulo, Perspectiva.
- BRETON, Y. 1994. Comunicação pessoal. Québec, Universidade Laval.
- CARNEIRO, S.D. 1979. *Terra Liberta: Hábitos Alimentares em Ponta de Mato*. Brasília, UNB/Departamento de Antropologia. Tese de mestrado.
- CORDELL, J. 1989. *A Sea of Small Boats*. Cultural Survival.
- DIEGUES, A.C.S. 1983. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*.
- FIRTH, R. 1946. *Malay Fisherman*. mimeografado.
- FORMAN, S. 1970. *The raft Fishermenn*. Bloomington, Indiana University Press.
- KOTTAK, C.P. 1966. *The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community*. New York, University of Columbia. Tese de doutorado.
- KOTTAK, C.P. 1982. *Assault on Paradise*. Michigan, Ann Arbor University of Michigan.
- LE BOT, J. 1979. Bateaux; Hommes et Femmes de Cancale aut Temps de la Voile. *Ethnol. Française*, 2.

- LOFGREN, O. 1979. *Marine Ecotypes in Preindustrial Sweden*. R. Andersen.
- MALDONADO, S.C. 1993. *Pescadores do Mar*. São Paulo, AnnaBlume.
- MARANHÃO, T.P. 1975. *Náutica e classificação ictiológica em Icarai, Ceará: um estudo de Antropologia Cognitiva*. Brasília, UNB. Tese de mestrado.
- MELLO, A.F. 1973. *A Pesca sob o Capital, a tecnologia a serviço da dominação*. Belém. Universidade do Pará.
- MOLLAT, M. 1979. Specificité de l'Ethnologie Maritime? *Ethnol. Française*, 2.
- MOURÃO, F.A.A. 1967. *A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: o pescador lagunar de Iguape*. São Paulo, USP. Tese de mestrado.
- MUSSOLINI, G. 1980. *Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (Coleção Estudos Brasileiros, 38).
- PEIRANO, M.G.S. 1974. *Proibições alimentares numa comunidade*. Brasília, UNB/ Departamento de Antropologia. Ática. Tese de mestrado.
- SMITH, M.E. 1977. Don't call my ship a boat. *Anthrop. Quart.*, 50 (1).
- TAVARES, M.G.P. 1975. *Um estudo e tomada de decisão na pesca artesanal*. Brasília, UNB. Tese de mestrado.
- ZARUR, G. 1984. *Os pescadores do 772 Golfo*. Rio de Janeiro, Achiane.

Recebido em: 26.06.95

Aprovado em: 16.11.95